



**MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA**

CADERNO DE PROVA

DIREITO

DATA DA PROVA 11/10/2024

PROCESSO SELETIVO DO PROGRAMA DE ESTÁGIO DE ENSINO MÉDIO E GRADUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA.

PROVA

Este Caderno de Prova foi aplicado na modalidade on-line, contendo 40 (quarenta) questões objetivas.

INFORMAÇÕES GERAIS

Prova aplicada conforme requisitos de segurança dispostos no Edital do Certame e no ambiente virtual.

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto a seguir para responder às questões de 1 a 8.

Regulação da IA no Brasil pode minimizar riscos e privilegiar usos positivos.

27/06/24

A inteligência artificial carrega potencialidades que podem servir para o bem da humanidade, a justiça e a dignidade da pessoa humana. Na mesma medida, no entanto, ela oferece riscos dos mais variados ao mercado de trabalho, à privacidade e à democracia, por exemplo. A garantia do uso benéfico da tecnologia deve partir de uma regulação geral, o que já é inevitável, dado o impacto cotidiano da IA. E essa regulamentação deve se fundar no princípio da precaução, ater-se aos direitos fundamentais e propor uma governança híbrida. Essa foi a conclusão dos participantes da mesa "Inteligência Artificial: Riscos Éticos, Econômicos e Eleitorais", que integrou o segundo dia da 12ª edição do Fórum Jurídico de Lisboa em 27/6/24. [...]

Participaram do debate o presidente do STF, ministro Luís Roberto Barroso; o senador Eduardo Gomes (PL-TO); o ministro Ricardo Villas B. Cueva, do STJ; Laura S. Mendes, diretora do Centro de Direito, Internet e Sociedade e profa. do IDP e da UnB; e a profa. Dora Kaufman, da Faculdade de Ciências Exatas e Tecnologia da PUC-SP. A moderação foi feita pelo adv. Fabrício da M. Alves, membro-fundador da Assoc. Bras. de Governança Pública de Dados Pessoais.

O ministro Barroso iniciou sua exposição sobre o tema afirmando ser um entusiasta das potencialidades positivas da inteligência artificial, que definiu como programas que transferem capacidades humanas para computadores. Ele mencionou o uso para tomadas de decisões com base em dados e a automação de atividades, além de aplicações no Direito.

"Só no Supremo, nós temos a utilização de inteligência artificial para agrupar processos por temas e sabermos quais deles têm mais matérias repetitivas, para podermos decidir em repercussão geral e eliminar milhares de casos", disse Barroso, que aguarda o desenvolvimento de uma ferramenta que faça resumos de processos em até cinco páginas.

O presidente do STF lembrou em seguida, no entanto, os riscos da inteligência artificial. Ele citou o impacto no mercado de trabalho, o que vai exigir adaptação de trabalhadores e redes de proteção social; a preocupação com o uso para fins bélicos, como armas letais autônomas; o aumento da desinformação, com deepfakes; e o risco para a privacidade, dado o volume de informações pessoais coletadas pelas big techs.

Barroso defendeu, em resposta a isso, uma regulação da IA que se atenha à proteção dos direitos fundamentais e da democracia e à transparência na governança. "Acho que não devemos ter medo, mas, sim, a preocupação de fazer com que a inteligência artificial caminhe por uma trilha ética e que sirva às causas da humanidade: o bem, a justiça e a dignidade da pessoa humana."

Já o ministro Cueva fez um apelo por uma regulação de caráter geral, que forneça um arcabouço normativo para a regulação setorial, já existente no uso da inteligência artificial na Medicina e em carros autônomos, por exemplo. Em 2022, o magistrado presidiu a comissão de juristas que apresentou um anteprojeto ao Senado para regular a IA no Brasil. O documento fundamentou o Projeto de Lei 2.338/2023, apresentado pelo senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG), presidente da casa legislativa, em maio do ano passado, que objetiva regulamentar o uso da tecnologia.

"O que se procurou fazer foi garantir que haja a centralidade da pessoa humana no uso da inteligência artificial. Queremos ter a certeza de que a última palavra será dada por um ser humano, e isso é muito relevante quando se trata do uso dela na atividade jurisdicional", acrescentou o ministro do STJ.

Eduardo Gomes, relator do PL 2.338/23 no Senado, afirmou que a leitura do texto final deve ocorrer na próxima semana. Na semana seguinte, ele espera que já possa ser aprovado pelos senadores, sendo encaminhado posteriormente à Câmara. A expectativa do senador é ter a lei sancionada até o fim do ano, o que não deve encerrar de vez a discussão, uma vez que as eventuais novas aplicações da inteligência artificial irão exigir adaptações normativas.

"A regulação identifica as necessidades e aproxima todos de um certo conhecimento. Não regular, de alguma forma, é ser regulado. Eu quero saber qual o setor que questionou, que trabalhou junto com a comissão, que acompanhou os textos em construção no Parlamento, que já não está sendo regulado e abalado positiva ou negativamente pela inteligência artificial?", disse o senador ao questionar a contrariedade de certos setores à regulação.

A professora Laura S. Mendes, que foi relatora da comissão de juristas, que preparou o anteprojeto do PL 2.338/23, afirmou que o texto deverá estabelecer um marco civil da inteligência artificial no país. Ela listou acertos do texto: ele dialoga com normativas internacionais, mas se preocupa com as especificidades do arranjo brasileiro; tem uma estrutura simples em princípios e direitos; parte de um modelo de regulação de riscos, que impõe requisitos mais graves e medidas de governança mais gravosas a riscos mais altos; propõe a discussão sobre direitos autorais; e tem um modelo híbrido de governança.

"Não estamos mais falando de uma autoridade que vai regular esse sistema. As agências reguladoras devem assumir um protagonismo, serão apenas elas que poderão sancionar e supervisionar esses sistemas. Mas esse sistema todo, chamado de SIA (Sistema de Governança e Regulação de Inteligência Artificial), previsto no projeto de lei, terá a coordenação de uma autoridade. Ou seja, essa governança tem de ser

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA - MPBA 2024 .2
PROGRAMA DE ESTÁGIO DE ENSINO MÉDIO E GRADUAÇÃO
CURSO DE DIREITO

harmônica, com uma autoridade coordenadora e o protagonismo dessas agências. A criação desse modelo foi um grande acerto."

Adaptado

<https://www.conjur.com.br>

1. É comum a manifestação simultânea de algumas funções da linguagem num mesmo texto. A função referencial ou denotativa, que tem o assunto como destaque, está presente no texto acima, uma vez que há elementos que

A) expõem os sentimentos e o ponto de vista do autor sobre a regulação da IA.

B) informam sobre a garantia do uso benéfico da IA a partir de uma regulação.

C) expressam uma estratégia persuasiva para estimular a regulação da IA.

D) revelam marcas de interlocução, legitimando o canal de comunicação.

E) caracterizam a linguagem conotada ao comentar os riscos e o uso positivo da IA.

2. Marque a frase do texto que NÃO apresenta caráter argumentativo.

A) "[...] fazer com que a inteligência artificial caminhe por uma trilha ética e que sirva às causas da humanidade: o bem, a justiça e a dignidade da pessoa humana." 6º§

B) "Em 2022, o magistrado presidiu a comissão de juristas que apresentou um anteprojeto ao Senado para regular a IA no Brasil." 7º§

C) "O que se procurou fazer foi garantir que haja a centralidade da pessoa humana no uso da inteligência artificial." 8º§

D) "Não regular, de alguma forma, é ser regulado." 10º§

E) "Ou seja, essa governança tem de ser harmônica, com uma autoridade coordenadora e o protagonismo dessas agências." 12º§

3. "Na mesma medida, no entanto, ela oferece riscos dos mais variados ao mercado de trabalho, à privacidade e à democracia, por exemplo." 1º§

O conectivo destacado terá o sentido modificado, se for substituído por

A) contudo.

B) entretanto.

C) porém.

D) todavia.

E) porquanto.

4. "[...] uma vez que as eventuais novas aplicações da inteligência artificial irão exigir adaptações normativas." 9º§

Essa oração traduz, no contexto, noção de:

A) conclusão.

B) condição.

C) causa.

D) restrição.

E) adição.

5. "A professora Laura S. Mendes, que foi relatora da comissão de juristas, que preparou o anteprojeto do PL 2.338/23, afirmou que o texto deverá estabelecer um marco civil da inteligência artificial no país." 11º§

As vírgulas nesse período separam

A) oração adjetiva.

B) oração adverbial.

C) oração substantiva.

D) oração coordenada.

E) oração reduzida.

6. "[...] aguarda o desenvolvimento de uma ferramenta que faça resumos de processos em até cinco páginas." 4º§

As duas formas verbais sublinhadas nessa frase NÃO estão conjugadas

A) na mesma pessoa.

B) no mesmo número.

- C) no mesmo modo.
D) no mesmo tempo.
E) na mesma voz.

7. "[...] e isso é muito relevante quando se trata do uso dela na atividade jurisdicional [...]." 8º§

É CORRETO afirmar sobre a função do "se" nessa frase:

- A) conjunção subordinativa.
B) objeto direto.
C) objeto indireto.
D) índice de indeterminação do sujeito.
E) partícula apassivadora.

8. "[...] ater-se aos direitos fundamentais [...]." 1º§

É sinônimo da palavra destacada, EXCETO:

- A) atar-se.
B) fiar-se.
C) circunscrever-se.
D) cingir-se.
E) elidir-se.

9. "Tomamos a liberdade, Senhor Ministro, de _____ a _____ defesa para regulamentação da Inteligência Artificial. Se _____, serão protegidos nossos direitos fundamentais."

Marque a alternativa que preenche corretamente os espaços da frase acima, conforme o padrão de concordância da língua culta.

- A) pedi-lo - sua - intervieres.
B) pedir-lhe - sua - intervier.
C) pedir-lhe - vossa - intervier.
D) perder-lhe - sua - intervieres.
E) pedir-te - vossa - intervirdes.

10. Assinale a alternativa em que todas as palavras da frase foram empregadas adequadamente e escritas conforme a grafia vigente.

- A) Especialista explica porque não podemos confiar na inteligência artificial.
B) Anatel inicia tomada de subzídios para discutir regulação de inteligência artificial.
C) Roteiristas paralizaram atividades por cinco meses em busca de regras para uso de IA.
D) Executivos preveem economia de tempo de até quatro horas semanais com uso de IA.
E) É necessário auto-controle para gastar menos tempo nas redes sociais.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

11. São classificados como crimes contra a vida:

- I - Induzimento, instigação ou auxílio a suicídio ou a automutilação.
II - Aborto provocado por terceiro.
III - Rixa.
IV - Constrangimento ilegal.

Estão CORRETAS as afirmativas:

- A) I e II, apenas.
B) II e III, apenas.
C) I, II e IV, apenas.
D) III e IV, apenas.
E) I, II, III e IV.

12. Sobre o crime de homicídio, previsto no artigo 121 do Código Penal, assinale a alternativa CORRETA.

- A) O homicídio simples é punido com reclusão de 3 a 6 anos.
B) O homicídio qualificado possui pena maior que o homicídio simples, podendo alcançar até 30 anos de reclusão.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA - MPBA 2024 .2
PROGRAMA DE ESTÁGIO DE ENSINO MÉDIO E GRADUAÇÃO
CURSO DE DIREITO

C) O homicídio culposo é punido com reclusão de 12 a 30 anos.

D) O homicídio pode ser classificado como culposo ou doloso, mas não qualificado.

E) A prática de homicídio sempre resulta na pena de prisão perpétua.

13. Constranger alguém com o intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual, prevalecendo-se o agente da sua condição de superior hierárquico ou ascendência inerentes ao exercício de emprego, cargo ou função, configura crime de:

A) Importunação sexual.

B) Violação sexual mediante fraude.

C) Assédio sexual.

D) Estupro.

E) Sedução.

14. A lesão corporal tem uma pena de quatro a doze anos se resulta

A) debilidade permanente de membro, sentido ou função.

B) incapacidade para as ocupações habituais, por mais de trinta dias.

C) deformidade permanente.

D) morte e as circunstâncias evidenciam que o agente não quis o resultado, nem assumiu o risco de produzi-lo.

E) aborto.

15. Leia as afirmativas abaixo e marque V para verdadeiro e F para falso.

São classificados no Código Penal como crimes contra a fé pública:

() Emissão de título ao portador sem permissão legal.

() Inundação.

() Falsificação de papéis públicos.

() Abandono intelectual.

Assinale a alternativa que contém a sequência CORRETA.

A) V-V-F-V

B) F-F-V-F

C) V-V-F-F

D) V-F-V-F

E) V-V-V-V

16. Leia as afirmativas abaixo.

I - A polícia judiciária será exercida pelas autoridades policiais no território de suas respectivas circunscrições e terá por fim a apuração das infrações penais e da sua autoria.

II - Do despacho que indeferir o requerimento de abertura de inquérito caberá recurso para o chefe de Polícia.

III - O inquérito, nos crimes em que a ação pública depender de representação, poderá sem ela ser iniciado.

IV - Logo que tiver conhecimento da prática da infração penal, a autoridade policial deverá dirigir-se ao local, providenciando para que não se alterem o estado e conservação das coisas, até a chegada dos peritos criminais.

Estão CORRETAS as afirmativas:

A) I e II, apenas.

B) II e III, apenas.

C) I e IV, apenas.

D) I, II e IV, apenas.

E) I, II, III e IV.

17. Assinale a alternativa que preenche corretamente o trecho abaixo:

"Quanto ao procedimento relativo aos processos da competência do tribunal do júri, o juiz, ao receber a denúncia ou a queixa, ordenará a citação do acusado para responder à acusação, por escrito, no prazo de _____."

A) 05 dias

B) 08 dias

C) 10 dias

D) 15 dias

E) 20 dias

18. No que diz respeito à ação penal e o Ministério Público, assinale a alternativa INCORRETA.

A) Recusada a homologação, o juiz devolverá os autos ao Ministério Público para a análise da necessidade de complementação das investigações ou o oferecimento da denúncia.

B) O descumprimento do acordo de não persecução penal pelo investigado não poderá ser utilizado pelo Ministério Público como justificativa para o eventual não oferecimento de suspensão condicional do processo.

C) Descumpridas quaisquer das condições estipuladas no acordo de não persecução penal, o Ministério Público deverá comunicar ao juízo, para fins de sua rescisão e posterior oferecimento de denúncia.

D) O descumprimento do acordo de não persecução penal pelo investigado também poderá ser utilizado pelo Ministério Público como justificativa para o eventual não oferecimento de suspensão condicional do processo.

E) Cumprido integralmente o acordo de não persecução penal, o juízo competente decretará a extinção de punibilidade.

19. Em consonância com o Código de Processo Penal, podemos afirmar:

A) O procedimento comum será sumário quando tiver por objeto crime cuja sanção máxima cominada for igual ou superior a 4 (quatro) anos de pena privativa de liberdade.

B) O procedimento comum será ordinário quando tiver por objeto crime cuja sanção máxima cominada seja inferior a 4 (quatro) anos de pena privativa de liberdade.

C) A denúncia ou queixa será rejeitada apenas quando for manifestamente inepta.

D) Aplicam-se subsidiariamente aos procedimentos especial e sumário as disposições do procedimento sumaríssimo.

E) O procedimento comum será sumaríssimo para as infrações penais de menor potencial ofensivo, na forma da lei.

20. Leia as afirmativas abaixo e marque V para verdadeiro e F para falso a respeito da prova no processo penal.

() O juiz formará sua convicção pela livre apreciação da prova produzida em contraditório judicial, não podendo fundamentar sua decisão exclusivamente nos elementos informativos colhidos na investigação, ressalvadas as provas cautelares, não repetíveis e antecipadas.

() A prova da alegação incumbirá a quem a fizer, sendo, porém, facultado ao juiz de ofício ordenar, mesmo antes de iniciada a ação penal, a produção antecipada de provas consideradas urgentes e relevantes, observando a necessidade, adequação e proporcionalidade da medida.

() São inadmissíveis, devendo ser desentranhadas do processo, as provas ilícitas, assim entendidas as obtidas em violação a normas constitucionais ou legais.

() Preclusa a decisão de desentranhamento da prova declarada inadmissível, esta será inutilizada por decisão judicial, facultado às partes acompanhar o incidente.

Assinale a alternativa que contém a sequência CORRETA.

A) V-V-F-V

B) F-F-V-F

C) V-V-F-F

D) V-F-V-V

E) V-V-V-V

21. Leia as afirmativas abaixo acerca do casamento.

I - O registro do casamento religioso submete-se aos mesmos requisitos exigidos para o casamento civil.

II - O casamento se realiza no momento em que o homem e a mulher manifestam, perante o juiz, a sua vontade de estabelecer vínculo conjugal, e o juiz os declara casados.

III - O homem e a mulher com dezesseis anos podem casar, não se exigindo autorização dos pais.

IV - Não podem se casar o adotado com o filho do adotante.

Estão CORRETAS as afirmativas:

A) I e II, apenas.

B) II e III, apenas.

C) I e IV, apenas.

D) I, II e IV, apenas.

E) I, II, III e IV.

22. Sobre o direito das sucessões, podemos afirmar:

- A) Aberta a sucessão, a herança transmite-se, desde logo, apenas aos herdeiros legítimos.
- B) A sucessão abre-se no lugar do primeiro domicílio do falecido.
- C) A sucessão dá-se exclusivamente por disposição de última vontade.
- D) Havendo herdeiros necessários, o testador só poderá dispor de toda a herança.
- E) Morrendo a pessoa sem testamento, transmite a herança aos herdeiros legítimos; o mesmo ocorrerá quanto aos bens que não forem compreendidos no testamento; e subsiste a sucessão legítima se o testamento caducar, ou for julgado nulo.

23. A respeito do regime de bens entre os cônjuges, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) É lícito aos nubentes, antes de celebrado o casamento, estipular, quanto aos seus bens, o que lhes aprouver.
- B) O regime de bens entre os cônjuges começa a vigorar desde a data do casamento.
- C) É vedada a alteração do regime de bens entre os cônjuges.
- D) Não havendo convenção, ou sendo ela nula ou ineficaz, vigorará, quanto aos bens entre os cônjuges, o regime da comunhão parcial.
- E) É obrigatório o regime da separação de bens no casamento da pessoa maior de 70 (setenta) anos.

24. Em consonância com o Código Civil Brasileiro, onde versa acerca das sucessões, podemos afirmar:

- A) Somente é reconhecido direito sucessório ao cônjuge sobrevivente se, ao tempo da morte do outro, não estavam separados judicialmente, nem separados de fato há mais de dois anos, não sendo cabível prova, neste caso, de que essa convivência se tornara impossível sem culpa do sobrevivente.
- B) Ao cônjuge sobrevivente, qualquer que seja o regime de bens, será assegurado, sem prejuízo da participação que lhe caiba na herança, o direito real de habitação relativamente ao imóvel destinado à residência da família, desde que seja o único daquela natureza a inventariar.
- C) Os descendentes da mesma classe não possuem os mesmos direitos à sucessão de seus ascendentes.

D) Na falta de irmãos, herdarão os filhos destes e, não os havendo, os primos.

E) São herdeiros necessários apenas os descendentes.

25. Serão registrados no registro civil de pessoas naturais

- A) os contratos de compra e venda de bens família.
- B) os testamentos.
- C) os contratos de locação de bens de família.
- D) procurações.
- E) as sentenças declaratórias de ausência.

26. Leia as afirmativas abaixo a respeito da jurisdição e ação.

I - Ninguém poderá pleitear direito alheio em nome próprio, salvo quando autorizado pelo ordenamento jurídico.

II - O interesse do autor pode limitar-se à declaração da existência, da inexistência ou do modo de ser de uma relação jurídica.

III - É inadmissível a ação meramente declaratória, ainda que tenha ocorrido a violação do direito.

IV - Para postular em juízo é necessário ter interesse e legitimidade.

Estão CORRETAS as afirmativas:

- A) I e II, apenas.
- B) II e III, apenas.
- C) I e IV, apenas.
- D) I, II e IV, apenas.
- E) I, II, III e IV.

27. Em consonância com o Código de Processo Civil, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) Toda pessoa que se encontre no exercício de seus direitos tem capacidade para estar em juízo.
- B) O juiz nomeará curador especial ao incapaz, se não tiver representante legal ou se os interesses deste colidirem com os daquele, enquanto durar a incapacidade.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA - MPBA 2024 .2
PROGRAMA DE ESTÁGIO DE ENSINO MÉDIO E GRADUAÇÃO
CURSO DE DIREITO

C) Será representado em juízo, ativa e passivamente, a União, pela Advocacia-Geral da União, diretamente ou mediante órgão vinculado.

D) Verificada a incapacidade processual ou a irregularidade da representação da parte, o juiz suspenderá o processo e designará prazo razoável para que seja sanado o vício.

E) Não se considera litigante de má-fé aquele que deduzir pretensão ou defesa contra texto expresso de lei ou fato incontroverso.

28. Acerca dos recursos, é CORRETO afirmar:

A) O recurso pode ser interposto apenas pelo Ministério Público.

B) Em regra, os recursos impedem a eficácia da decisão.

C) A decisão pode ser impugnada exclusivamente no todo.

D) Excetuados os embargos de declaração, o prazo para interpor os recursos e para responder-lhes é de 5 (cinco) dias.

E) O recurso interposto por um dos litisconsortes a todos aproveita, salvo se distintos ou opostos os seus interesses.

29. A respeito do que versa o Código de Processo Civil brasileiro, onde versa a respeito do Ministério Público, podemos afirmar, EXCETO:

A) Nos casos de intervenção como fiscal da ordem jurídica, o Ministério Público, terá vista dos autos antes das partes, sendo intimado de todos os atos do processo.

B) O Ministério Público será intimado para, no prazo de 30 (trinta) dias, intervir como fiscal da ordem jurídica nas hipóteses previstas em lei ou na Constituição Federal e nos processos que envolvam interesse público ou social.

C) O Ministério Público atuará na defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses e direitos sociais e individuais indisponíveis.

D) O Ministério Público exercerá o direito de ação em conformidade com suas atribuições constitucionais.

E) O membro do Ministério Público será civil e regressivamente responsável quando agir com dolo ou fraude no exercício de suas funções.

30. Leia as afirmativas abaixo e marque V para verdadeiro e F para falso a respeito da apelação.

() Da sentença cabe apelação.

() Recebido o recurso de apelação no tribunal e distribuído imediatamente, o relator se não for o caso de decisão monocrática, elaborará seu voto para julgamento do recurso pelo órgão colegiado.

() A apelação terá efeito suspensivo.

() A apelação devolverá ao tribunal o conhecimento da matéria impugnada.

Assinale a alternativa que contém a sequência CORRETA.

A) V-V-F-V

B) F-F-V-F

C) V-V-F-F

D) V-F-V-V

E) V-V-V-V

31. Leia as afirmativas abaixo.

I - É livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato.

II - Ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei.

III - É assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional.

IV - Ninguém poderá ser compelido a associar-se ou a permanecer associado.

Estão CORRETAS as afirmativas:

A) I e II, apenas.

B) II e III, apenas.

C) I e IV, apenas.

D) II, III e IV, apenas.

E) I, II, III e IV.

32. Assinale a alternativa que contém um direito social.

A) Direito à vida.

B) Direito à privacidade.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA - MPBA 2024 .2
PROGRAMA DE ESTÁGIO DE ENSINO MÉDIO E GRADUAÇÃO
CURSO DE DIREITO

- C) Direito à propriedade.
D) Direito ao trabalho.
E) Direito ao voto.

33. São direitos e garantias fundamentais garantidos pela Constituição Federal, EXCETO:

- A) as entidades associativas, quando expressamente autorizadas, têm legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente.
B) é garantido o direito de propriedade.
C) no caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, não assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.
D) aos autores pertence o direito exclusivo de utilização, publicação ou reprodução de suas obras, transmissível aos herdeiros pelo tempo que a lei fixar.
E) a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito.

34. É órgão auxiliar do Ministério Público:

- A) O Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional.
B) O Colégio de Procuradores de Justiça.
C) A Procuradoria-Geral de Justiça.
D) O Conselho Superior do Ministério Público.
E) A Corregedoria-Geral do Ministério Público.

35. Leia as afirmativas abaixo e marque V para verdadeiro e F para falso.

São funções institucionais do Ministério Público:

- () promover, privativamente, a ação penal pública, na forma da lei.
() exercer atividade político-partidária.
() defender judicialmente os direitos e interesses das populações indígenas.
() exercer a advocacia.

Assinale a alternativa que contém a sequência CORRETA.

- A) V-V-F-V
B) F-F-V-F
C) V-V-F-F
D) V-F-V-F
E) V-V-V-V

36. Leia as afirmativas abaixo de acordo com a Lei n.8.429/92.

I - O mero exercício da função ou desempenho de competências públicas, sem comprovação de ato doloso com fim ilícito, não afasta a responsabilidade por ato de improbidade administrativa.

II - Qualquer pessoa poderá representar à autoridade administrativa competente para que seja instaurada investigação destinada a apurar a prática de ato de improbidade.

III - Não configura improbidade a ação ou omissão decorrente de divergência interpretativa da lei, baseada em jurisprudência, ainda que não pacificada, mesmo que não venha a ser posteriormente prevalecte nas decisões dos órgãos de controle ou dos tribunais do Poder Judiciário.

IV - O sucessor ou o herdeiro daquele que causar dano ao erário ou que se enriquecer ilicitamente estão sujeitos apenas à obrigação de repará-lo até o limite do valor da herança ou do patrimônio transferido.

Estão CORRETAS as afirmativas:

- A) I e II, apenas.
B) II e III, apenas.
C) I e IV, apenas.
D) II, III e IV, apenas.
E) I, II, III e IV.

37. Assinale a alternativa que contém um ato administrativo ordinatório.

- A) Parecer.
B) Despacho administrativo.

- C) Certidão.
 - D) Dispensa.
 - E) Regimento.
-

38. Acerca de sua classificação, podemos afirmar que o ato administrativo composto

- A) nasce da manifestação de vontade de um órgão ou agente, mas depende de outra vontade que o ratifique para produzir efeitos e tornar-se exequível.
 - B) nasce por meio da manifestação de vontade de um órgão (unipessoal ou colegiado) ou agente da Administração.
 - C) nasce da manifestação de vontade de mais de um órgão ou agente administrativo.
 - D) é praticado com supremacia em relação ao particular e servidor, impondo o seu obrigatório cumprimento.
 - E) é praticado no âmbito interno da Administração, incidindo sobre órgãos e agentes administrativos.
-

39. O poder discricionário permite à Administração Pública:

- A) Atuar exclusivamente dentro dos limites da lei.
 - B) Tomar decisões baseadas na conveniência e oportunidade.
 - C) Criar normas com força de lei.
 - D) Atuar de maneira totalmente livre e sem controle.
 - E) Exercer atividades de fiscalização e controle.
-

40. É um exemplo de ato que fere o princípio da moralidade e o patrimônio público:

- A) Cumprimento rigoroso das normas de licitação.
 - B) Desvio de recursos públicos para beneficiar interesses pessoais.
 - C) Fiscalização efetiva dos contratos administrativos.
 - D) Transparência total nos processos licitatórios.
 - E) Aplicação adequada de recursos em obras públicas.
-